



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680156 - SE (2021/0219286-9)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : CLAYTON DE JESUS NUNES (PRESO)
PACIENTE : RICARDO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLAYTON DE JESUS NUNES e RICARDO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE (Revisão Criminal n. 202100310362).

Os pacientes foram condenados à pena de 5 anos de reclusão em regime fechado, pela prática do delito previsto no art. 12 da Lei n. 6.368/1976.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, diante do não reconhecimento pelo Tribunal de Justiça da invasão de domicílio na ocasião da prisão em flagrante delito, em afronta ao disposto nos arts. 302 e 303, ambos do CPP.

Reputa ilegal a busca domiciliar, pois ocorreu a partir de meras suspeitas, sem mandado judicial e sem a indicação das hipóteses de flagrante delito, o que resultou na ilicitude das provas daí derivadas.

Requer, liminarmente, a suspensão da ação penal de origem até julgamento definitivo do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja anulada a sentença condenatória e o ato de invasão domiciliar e toda a prova derivada deste, absolvendo-se os pacientes, com fundamento no art. 386, inciso II, do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Deve-se, portanto, reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente